

## **COOPERAÇÃO MILITAR OTAN-COLÔMBIA: APROXIMAÇÃO RECENTE E REDEFINIÇÃO DO PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS COLOMBIANAS NO PÓS-CONFLITO**

*NATO-Colombia military cooperation: recent rapprochement and redefinition of the Colombian Armed Forces in the post-conflict*

Alexander Arciniegas<sup>1</sup>  
João Estevam Dos Santos Filho<sup>2</sup>

### **Introdução**

Em 31 de maio de 2018, a Colômbia assinou um acordo de cooperação militar com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), definido como um Programa de Parceria Individual e Cooperação (IPCP, na sigla em inglês) e que transformou o país no mais recente "parceiro global" da Aliança. Apesar de esse acordo haver sido assinado em 2018, a busca por uma aproximação mais efetiva tem sido feita desde os anos finais do segundo mandato da administração de Álvaro Uribe (2002-2010), sendo neste caso uma mera extensão da cooperação militar estabelecida com os EUA desde a implementação do Plano Colômbia, em 2000.

Tendo em vista que esse é o primeiro caso de um país latino-americano que estabelece uma associação formal com a OTAN, cabe avaliar as reais dimensões e os potenciais resultados desse processo, tanto a nível nacional, quanto a regional. Assim, este artigo tem como objetivo compreender a evolução das relações entre a Colômbia e a OTAN até a assinatura do IPCP, bem como a razão dessa aproximação recente. Dessa forma, o presente trabalho relacionará esse processo com a redefinição do papel das Forças Armadas colombianas em face da atual reforma militar, iniciada em 2011 e, consecutivamente, com a atuação internacional mais intensa na área de segurança, que a Colômbia tem buscado desde o início desta década.

---

<sup>1</sup>Professor pesquisador Universidad de Santander UDES. Pós-doutorado PNPd-CAPES 2014-2016 Doutor e Mestre em Ciência Política pela UFRGS Dragado em Direito pela Universidad Industrial de Santander UIS. Email: [arciniegacol@hotmail.com](mailto:arciniegacol@hotmail.com)

<sup>2</sup>Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNES, UNICAMP e PUC-SP) em Relações Internacionais. Atuou como bolsista de iniciação científica pelo Programa Jovens Talentos para a Ciência da CAPES, entre 2015 e 2016. Em 2016, foi assistente de pesquisa no projeto "Segurança Internacional: Problemas Analíticos e Representação Georreferenciada de Temáticas e Dinâmicas" e desde 2017 atua no projeto "Segurança Internacional: Estrutura, Contexto e Dinâmica", ambos tendo sido coordenados pelo Prof. Dr. Marco Cepik. Foi aluno de mobilidade acadêmica na Universidad Nacional de Colombia no período letivo 2017/1, no curso de Ciência Política, como bolsista do Programa Santander Iberoamericanas. Email: [joaoestevam08@gmail.com](mailto:joaoestevam08@gmail.com)

A metodologia empregada para a realização desse trabalho consistiu na análise documental de relatórios, bem como de outros documentos do governo colombiano (como políticas de segurança e defesa, manuais doutrinários, diretrizes de política externa, dentre outros). Também foi revisada literatura especializada em temas de segurança da Colômbia, cooperação militar e relações EUA e Colômbia na área de segurança. Por fim, foi feita uma revisão de notícias sobre cooperação militar OTAN-Colômbia. Por sua vez, o presente trabalho está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução, na primeira seção será realizado uma descrição dos desenvolvimentos recentes nas relações entre Colômbia e OTAN; na segunda, será delineado o contexto no qual essa aproximação se deu, no que se refere às mudanças recentes nas Forças Armadas colombianas e, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

### **Relações OTAN-Colômbia: histórico e contexto atual**

Uma das primeiras ações significativa do governo colombiano em relação à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ocorreu no segundo mandato de Álvaro Uribe, em 2008, quando foi negociado com a Espanha e com a OTAN o envio de uma companhia colombiana com 100 efetivos ao Afeganistão, a fim de integrar-se ao destacamento espanhol, juntando-se, assim, à Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF, na sigla em inglês)<sup>5</sup>. Entretanto, essa iniciativa não avançou, dentre outros motivos pelos altos custos que imporia ao governo espanhol (GONZÁLEZ, 2008).

Contudo, foi a partir de 2010 que essas relações começaram a intensificar-se. Nesse ano, a OTAN formulou seu novo Conceito Estratégico, baseado no qual passava a buscar a cooperação com Estados fora da aliança - porém com um histórico de cooperação com as potências ocidentais. Para isso, foram criados quatro marcos gerais para organizar esses esquemas de cooperação: Diálogo do Mediterrâneo, Iniciativa de Cooperação de Istambul, Conselho de Associação Euro-Atlântico e Sócios ao Redor do Mundo. Essas parcerias destinam-se ao estabelecimento de parcerias com outros países em matéria de construção de capacidade de defesa, desenvolvimento de interoperabilidade e gestão de crise (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE - OTAN, 2018).

A partir de 2012, as relações de cooperação com a OTAN alcançaram um patamar mais alto quando o governo de Juan Manuel Santos iniciou conversações com a organização a fim de estabelecer um marco institucional para a cooperação com a Aliança. Nesse sentido, em 25 de julho de 2013, foi assinado o primeiro acordo de cooperação militar entre as duas partes, centrado no tema de segurança de informação. Em tal acordo, ambos comprometeram-se a realizar consultas mútuas no âmbito do intercâmbio de informações relacionadas à esfera securitária, passando assim a entrar em um estreito alinhamento com a instituição nesse quesito (COLÔMBIA, 2013).

Por sua vez, a assinatura desse acordo de cooperação militar entre a Colômbia a OTAN suscitou fortes reações contrárias por parte do governo venezuelano, que via-o como uma penetração da Aliança na América

---

<sup>5</sup> A ISAF foi uma missão liderada pela OTAN no Afeganistão entre 2003 e 2014, que se propunha oficialmente a garantir a segurança e a governabilidade do país após a intervenção militar norte-americana de 2001, havia resultado na queda do regime Talibã (OTAN, 2015).

do Sul. Além desse acordo, em novembro do mesmo ano foi assinado outro que permitiu à Colômbia ingressar como usuária do Sistema de Catalogação da Defesa (SICAD, na sigla em espanhol) da OTAN, o que passou a permitir a uniformização da identificação, classificação e enumeração de uma série de atividades e processos das Forças Armadas colombianas com aquelas adotadas pela OTAN, gerando um maior potencial de interoperabilidade entre ambas as instituições (DUSSÁN, 2019).

Entretanto, a vigência do acordo de julho de 2013 foi de pouco tempo, visto que, em 2015, a Corte Constitucional colombiana declarou-o inexecutável porque "não se encontraram acreditados todos os requisitos próprios dos trâmites das leis aprobatórias de um tratado internacional" (COLÔMBIA, 2015a, p. 2). Contudo, essa medida não resultou em um arrefecimento das relações de cooperação entre Colômbia e OTAN, posto que no mesmo ano o país empregou uma embarcação de patrulha oceânica da Marinha para as operações Escudo do Oceano<sup>4</sup> (*Ocean Shield*, tradução nossa). Ademais, em fevereiro de 2017, o comandante do Exército colombiano afirmou que o governo estava estudando a solicitação da OTAN de enviar militares para o Afeganistão, como parte da ISAF - mas, novamente, sem nenhuma concretização (MONSALVE, 2017).

Não obstante esses fatos, foi a partir de 2016 que as relações entre o governo colombiano e a organização voltaram a intensificar-se com a aceitação por parte da OTAN em iniciar conversações com o país para efetivar um programa de cooperação em matéria de intercâmbio de informação e de luta contra o crime organizado. Essas conversações acabaram resultando na criação de um novo acordo de cooperação em segurança entre as duas partes em 18 de maio de 2017, denominado Programa de Parceria Individual e Cooperação e que foi formalizado em 31 de maio de 2018. Através desse acordo, a Colômbia passou a ser incluída na categoria de "sócio global" da OTAN. As ações prescritas pelo acordo, por sua vez, incluem cooperação em segurança da informação, participação em missões da OTAN, participação em programas de segurança e investimentos em defesa, dentre outras (PADILLA, 2017).

Assim, a cooperação entre OTAN e Colômbia na esfera securitária passou por uma importante mudança relacionada também ao contexto específico de cada governo. Dessa maneira, durante a administração Uribe, as ações foram predominantemente discursivas, sem ações concretas, sendo caracterizadas mais por uma extensão da cooperação militar com os EUA no combate aos grupos guerrilheiros e ligados ao crime organizado. Já no período Santos, a aproximação com a OTAN passa a ter uma conotação mais concreta, com a assinatura de dois marcos regulatórios para a cooperação em segurança.

### **Mudanças na política de segurança colombiana**

Por sua vez, essa aproximação recente entre o Estado colombiano e a Aliança tem se desenvolvido em um contexto de mudanças significativas nas políticas de segurança da Colômbia, relacionadas sobretudo com o fim do conflito militar com a principal guerrilha do país, as FARC, que desmobilizaram-se a partir de 2017. Por sua vez, as forças representadas pelo Exército de Libertação Nacional (ELN) - atualmente em negociações de paz com o governo - possuem pouca expressão no conflito armado do país. Dessa maneira, a nova

<sup>4</sup> Missão antipirataria da OTAN no Golfo de Aden e nas costas do Chifre da África, atuante desde 2008 (OTAN, 2016).

conjuntura colombiana tem impulsionado medidas na área da segurança e de defesa que, em conjunto, explicam a maior cooperação militar do país com a OTAN. Dentre elas, pode-se indicar como as principais: a reforma militar (sobretudo do Exército) e as novas dinâmicas da política externa de segurança durante a gestão de Juan Manuel Santos (2010-2018).

### Reforma militar atual

Com uma conjuntura marcada pelo início de uma situação de pós-conflito armado, a política de segurança colombiana passou por uma redefinição do papel das suas Forças Armadas. Assim sendo, foi iniciada uma reforma militar a partir de 2011, com a criação do primeiro Comitê de Revisão Estratégica e Inovação (CRE-i I), cujos principais resultados foram a elaboração de um novo plano de guerra para derrotar as forças remanescentes das duas guerrilhas, denominado Plano *Espada de Honor* e identificar áreas - sobretudo ligadas ao Comando e Controle - que deveriam passar por um processo de transformação (DICOE, 2017).

Já a partir de 2013, o Exército colombiano começou a buscar a redefinição de seus padrões de atuação através do Comitê Estratégico de Desenho do Exército do Futuro (CEDEF), cujo principal objetivo era realizar projeções para a Força até 2030, bem como alinhá-la com os padrões da OTAN, em termos doutrinários e de estrutura do Estado-Maior do Exército. Cabe também mencionar que tanto as edições do CRE-i quanto o CEDEF contaram com o assessoramento de oficiais da OTAN, bem como de técnicos das Forças Armadas norte-americanas (ROJAS, 2017).

Em 2015, o processo de reforma alcança a Marinha e a Força Aérea, através da elaboração por parte do Comando Geral das Forças Militares do Plano Estratégico Militar 2030 que, dentre outras medidas, aponta para uma maior integração de capacidades entre as três forças com a finalidade de combater ameaças internas e participar em teatros de operações no exterior, como parte de uma força multinacional (COLÔMBIA, 2015b). Além disso, o Exército começou a planejar uma nova doutrina, a fim de substituir a contrainsurgente (vigente desde 1998). Assim, em 2016, foi implementado o novo modelo doutrinário, conhecido como Doutrina Damasco, cuja ênfase residia na aplicação do conceito operacional de Operações Terrestres Unificadas (OTU) e na transformação do Exército (em conjunto com as outras Forças) em uma "força multimissão", destinada a realizar diferentes tipos de missões em diferentes teatros de operações, simultaneamente (COLÔMBIA, 2016a).

A ideia central do conceito de OTU é a de que a Força "capture, retenha e explore a iniciativa, a qual se executa através da Ação Decisiva (ofensivas, defensivas, de estabilidade e de apoio da defesa à autoridade civil), com o fim de criar as condições para uma resolução favorável do conflito" (COLÔMBIA, 2016a, p. IX). Por sua vez, esse conceito operacional é oriundo dos manuais do Exército dos EUA e foi adotado pela Força colombiana a fim de coordenar sua doutrina com a dos EUA (COLÔMBIA, 2016a). Assim, "o conceito das Operações Terrestres Unificadas permite um alinhamento multinacional, tanto no âmbito regional como no mundial, facilitando a interoperabilidade na execução de qualquer tipo de missão" (COLÔMBIA, 2016a, p. IX).

Esse alinhamento multinacional possibilitaria uma maior interoperabilidade com forças de coalizões, como no caso das missões de paz da ONU e de operações conjuntas com a OTAN.

Além disso, o caráter multimissão que tem sido buscado pelas Forças Armas colombianas também tem incluído a continuação de uma forte ênfase na Doutrina de Ação Integral, baseada na ação conjunta e coordenada entre as três forças (Exército, Força Aérea e Marinha) e agências civis públicas e privadas para fortalecer as estruturas institucionais dos Estados, com vistas consolidar a sua presença em áreas que antes encontravam-se sob controle das guerrilhas. Essa doutrina por sua vez foi inicialmente desenvolvida pela OTAN, no final do século XX, que buscava um novo enfoque de atuação para aplicar em operações relacionadas a gestão de crise, manutenção de paz, estabilização do pós-conflito ou construção nacional (CASTILLO; NIÑO, 2015). Dessa forma, a reforma militar colombiana também tem ocorrido por meio da emulação militar, ou seja, da incorporação de modos de estruturar a organização das Forças Armadas que são adotados por um Estado mais forte (REZENDE-SANTOS, 2007). Embora a Colômbia venha emulando as doutrinas e estruturas organizacionais dos EUA, também tem feito algo parecido com relação à OTAN - ainda que com menor intensidade, como atesta o caso da Doutrina de Ação Integral.

Com essas mudanças estratégicas e doutrinárias, o papel das Forças Armadas da Colômbia passou a ser repensado, a fim de corresponderem ao novo contexto de fim do conflito com as FARC. Desse modo, apesar de as missões de combate aos grupos guerrilheiros e aos grupos ligados ao crime organizado continuarem, novas missões passaram a ser concebidas para as Forças Armadas, tendo como foco a atuação não armada em áreas cuja presença estatal ainda é baixa. Também cabe novamente ressaltar a influência da OTAN nessa reforma, tanto no processo de reorganização estrutural do Exército, quanto na atualização doutrinária.

### Novas dinâmicas na política externa de segurança

Concomitantemente a essas novas missões no âmbito interno, o governo colombiano também passou a buscar uma maior atuação no cenário internacional. Essa decisão já constava na Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, em 2011, que mencionava a promoção de uma estratégia de "diplomacia para a segurança", cuja finalidade seria a de estabelecer relações de cooperação com outros Estados do Hemisfério Ocidental para o combate ao crime transnacional (COLÔMBIA, 2011). Esse tipo de atuação também foi transformado em um dos objetivos do Plano Estratégico do Setor Defesa e Segurança 2016-2018, segundo o qual as Forças Militares colombianas devem "fortalecer a projeção interacional do Setor como partícipe da política externa estabelecida pelo governo, mediante uma maior cooperação bilateral, triangular e multilateral com os países aliados e estratégicos" (COLÔMBIA, 2016b, p. 74).

Dessa maneira, em 2012, foi criado o programa Diplomacia para a Segurança, que buscava aproximar as forças de segurança colombianas com suas homólogas em outros países. As áreas de cooperação, por sua vez, incluíam desenvolvimento organizacional, apoio na luta contra o narcotráfico e fortalecimento em especialidades militares e policiais. Dessa forma, entre 2011 e 2014, foram capacitados 24.447 membros de forças de segurança de mais 70 países. Essa cooperação tem focado sobretudo os países da América Central

e Caribe que, nesse período, representaram 58% (14.177 efetivos) do pessoal treinado (COLÔMBIA, 2015c). Uma maior aproximação com essa região foi conseguida através da assinatura da criação de um Plano de Ação de Cooperação em Segurança Regional (USCAP, na sigla em inglês) com os EUA para apoiar o desenvolvimento de capacidades dos Estados centro-americanos e caribenhos<sup>5</sup>, utilizando-se recursos e intermediação do Comando Sul dos EUA (ARRATIA, 2016; TICKNER; MORALES, 2016). Dessa forma, entre 2013 e 2016, o número de pessoal da América Central capacitados por técnicos colombianos cresceu de 179 para 3.306 (COLÔMBIA, 2017a).

Em se tratando das relações com os EUA, para além da cooperação triangular, a Colômbia têm buscado estabelecer uma maior coordenação em termos de segurança regional. Dessa forma, o país tem participado da Operação *Martillo* desde 2012, composta por vários países da Bacia do Caribe e cujo objetivo é o combate às atividades ilícitas nessa área. Além disso, foi assinado em 2016 um acordo entre o Comando Sul dos EUA e o Ministério de Defesa colombiano relativo à admissão de pessoal colombiano no Comando Sul, que possibilita que oficiais colombianos tornem-se parte ativa nessa agência (COLÔMBIA, 2017a). Ademais, em 2017, a Colômbia conseguiu a aprovação dos EUA para a criação de uma força de tarefa naval no Pacífico composta pelas forças colombianas, norte-americanas e mexicanas (EL ESPECTADOR, 2017).

Além dessas ações regionais, o país têm buscado utilizar suas Forças Armadas para ter um papel mais assertivo no contexto da segurança internacional. Assim, em 2015, o governo colombiano assinou um acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o qual comprometeu-se em contribuir gradualmente com o envio de tropas a operações de manutenção de paz da organização. Dessa forma, em um ano o país contribuiria com 12 oficiais; em dois anos, com 500 efetivos e em três anos, com 5.000 militares (COLÔMBIA, 2015d). Além disso, a Marinha da Colômbia através de Infantaria impulsionou a criação do Centro de Treinamento e Capacitação para Operações de Paz (CENCOPAZ), cujo objetivo é o de treinar tropas das Forças Armadas colombianas para participar de missões sob o mandato da ONU. Por sua vez, essa unidade já foi responsável pela capacitação de 649 militares e policiais colombianos, bem como de 105 civis que trabalham na ONU nos últimos dois anos (VENEGAS, 2018).

Nesse sentido, as Forças Armadas colombianas têm recebido capacitações da OTAN sobre atuação em missões de paz (COLÔMBIA, 2017b). Ademais, a Colômbia vem buscando desempenhar um papel mais importante na cooperação internacional em desminagem humanitária, tendo inclusive buscado a certificação da OTAN a fim de estabelecer relações de cooperação nessa área com país aliados da organização (EL TIEMPO, 2018). Cabe também ressaltar que essas mudanças visam impedir uma significativa diminuição do orçamento destinado ao Ministério de Defesa. Essa possibilidade, entretanto, vem da diminuição do número de efetivos militares da Colômbia, que passou de 288.245 em 2013, para 245.429 em 2017 (COLÔMBIA, 2017c). Tais mudanças, por sua vez, têm incluído uma maior participação do país no contexto regional e internacional, com apoio tanto dos EUA e da OTAN, quanto da ONU.

<sup>5</sup> As áreas em que o Plano de Ação foca são segurança cidadã, desenvolvimento organizacional, fortalecimento de especialidades militares e policiais, luta contra o problema mundial das drogas e prevenção e controle de fenômenos criminais (COLÔMBIA, 2017a).

Desse modo, é perceptível que a aproximação militar colombiana da OTAN se enquadra em um contexto de busca por um novo tipo de utilização das capacidades desenvolvidas pelas Forças Armadas da Colômbia ao longo das duas últimas décadas - direcionadas em sua maior parte para o combate ao narcotráfico e aos grupos guerrilheiros. Assim, a cooperação com a Aliança tem se desenvolvido seguindo os esforços do governo colombiano de intensificar a internacionalização de suas capacidades securitárias (sobretudo suas Forças Armadas), contribuindo inclusive para a cooperação militar com terceiros países e com a ONU. Além disso, essa aproximação tem acompanhado até certo ponto as novas dinâmicas das relações entre EUA e Colômbia, uma vez que essas tem se baseado menos na transferência unilateral de tecnologia do primeiro para o segundo e mais na utilização das capacidades absorvidas pelas instituições militares colombianas em outros países, com intenso apoio estadunidense - o que Tickner e Morales (2015) se referem como "cooperação dependente associada".

### **Considerações Finais**

Como foi visto, a aproximação entre a Colômbia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte tem se dado sobretudo a partir de 2010, com a chegada da administração Santos, dando um caráter mais concreto às relações entre as duas partes, cujo ápice foi alcançado com a assinatura do acordo de cooperação militar firmado em maio de 2018 e que tornou a Colômbia o primeiro Estado latino-americano a ser considerado "parceiro global" da OTAN.

Também como foi possível observar, essa intensificação gradativa das relações entre o Estado colombiano e a Aliança tem sido possível devido às mudanças na política de segurança colombiana implementadas durante o governo Santos e com perspectivas de continuação durante o governo Duque. A primeira delas é a reforma militar que tem sido levada a cabo, sobretudo pelo Exército e que tem se baseado na identificação de novas ameaças internas a serem combatidas - em sua maioria, ameaças não armadas, como é o caso da gestão de riscos e desastres naturais, a construção de infraestrutura, a preservação do meio ambiente, dentre outras.

A outra mudança é o novo tipo de política externa de segurança que tem sido pensada para as Forças Armadas colombianas. Por um lado, a cooperação com os EUA em segurança tem passado por uma mudança qualitativo, que envolve uma parceria menos dependente da transferência de tecnologia militar para a Colômbia e mais voltada para o apoio à reforma militar e ao treinamento de outros países da região via uma "cooperação triangular". Por outro lado, o governo colombiano tem buscado internacionalizar as suas Forças Armadas por meio de esquemas de cooperação internacional, com a participação em operações de paz da ONU ocupando um espaço importante na agenda de segurança internacional do país.

Ao seu turno, essas mudanças têm impulsionado uma maior aproximação entre a Colômbia e a OTAN de modo a enquadrarem-se em formatos institucionais, como o IPCP, que visem a uma cooperação mais sólida e, portanto, mais funcional para ambas as partes. Nesse sentido, a Colômbia tem utilizado a aproximação com a OTAN com a finalidade de utilizar as relações com a instituição para auxiliar no seu projeto de

internacionalização via cooperação militar com outros países do Sul global - alcançando inclusive alguns países africanos -, garantindo dessa maneira, de um lado, a continuação da utilização de seus efetivos e de seu orçamento de segurança e defesa, seja na capacitação das forças de outros países - como no caso da parceria com países centro-americanos e caribenhos e nos projetos de desminagem com outras nações -, seja no envio de tropas para operações de paz da ONU. Além disso, o país tem buscado instrumentalizar as suas relações com a OTAN com a finalidade de aumentar seu prestígio internacional e de conseguir manter a transferência de recursos, principalmente do governo norte-americano (ainda que em menor quantia que na década passada).

## REFERÊNCIAS

- ARRATIA Sandoval, Esteban. From "failed state" to exporter of security?: Colombia and the diplomacy of security. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.148-172, 2016.
- CASTILLO Castañeda, Alberto; NIÑO González, César Augusto. La Doctrina de Acción Integral como política de seguridad en el posconflicto armado en Colombia. In: NIÑO, César Augusto (Comp.). **Perspectivas y prospectivas de la seguridad en Colombia**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, 2015. p. 121-148.
- COLÔMBIA. **Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad**. Bogotá: Ministerio de Defensa Nacional, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2Czy2ry>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Acuerdo Entre La República de Colombia y La Organización del Tratado del Atlántico Norte Sobre Cooperación y Seguridad de Información**. Bogotá, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2wT6Qhp>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Corte Constitucional. Comunicado nº 24. **La Corte Constitucional Declaró Inexequible La Ley 1734 de 2014**. Bogotá, 2015a. Disponível em: <<https://bit.ly/2wVYxkT>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Plan Estratégico Militar 2030**. Bogotá: Comando Geral das Forças Militares, 2015b.
- \_\_\_\_\_. **Memórias ao Congresso: 2014-2015**. Bogotá: Ministerio de Defesa Nacional, 2015c. Disponível em: <<https://bit.ly/2wU8eAU>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Colombia aportará tropas a las misiones de mantenimiento de paz de la ONU**. Bogotá: Ministério de Relações Exteriores, 2015c. Disponível em: <<https://bit.ly/2QeX9CE>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. Exército Nacional da Colômbia. **Doctrina Damasco**. Bogotá: Comando de Educação e Doutrina, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **Plan Estratégico del Sector Defensa y Seguridad: Guía de Planeamiento Estratégico 2016-2018**. Bogotá: Ministerio de Defesa Nacional, 2016b. Disponível em: <<https://bit.ly/2uSzfUN>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Memórias ao Congresso: 2016-2017**. Bogotá: Ministerio de Defesa Nacional, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/2wU8eAU>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. EXÉRCITO NACIONAL DA COLÔMBIA. **OTAN refuerza formación de Ejército de Colombia en operaciones de paz**. 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/2x4rBYw>>. Acesso em: 07 set. 2018.

- \_\_\_\_\_. **Información de Criminalidad, resultados operacionales, afectación de las propias tropas y pie de fuerza.** Bogotá: Ministerio de Defensa Nacional, 2017c. Disponível em: <<https://bit.ly/2QaMV6e>>. Acesso em: 08 set. 2018.
- CORREA Consuegra, Juan Carlos. Comité de Revisión Estratégica e Innovación I. **Revista Ejército**, Bogotá, v. 1, n. 193, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2CApTD8>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- DUSSÁN, Yolima. OTAN revisa en Colombia el Sistema de Catalogación de Defensa. **Diálogo**, Washington, D.C., 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2VyMSnn>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- EL ESPECTADOR (Colômbia). Colombia, Estados Unidos y México crearían fuerza de tarea naval en el Pacífico. **El Espectador**. Bogotá. 18 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2Aa89MV>>. Acesso em: 07 set. 2018.
- EL TIEMPO (Colômbia). Compartir experiencia en desminado, un plan inmediato con la Otán. **El Tiempo**. Bogotá, p. 1-2. 01 jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MboeU3>>. Acesso em: 08 set. 2018.
- GONZÁLEZ, Miguel. Colombia reforzará a las tropas españolas en Afganistán. **El País**. Madrid, p. 1-2. 07 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ns42SF>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- MONSALVE Gaviria, Ricardo. OTAN quiere llevar soldados colombianos a Afganistán. **El Colombiano**. Medellín. 15 fev. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2kpsWVi>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- OTAN. **ISAF's mission in Afghanistan (2001-2014)**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2GWNX5o>>. Acesso em: 05 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Operation OCEAN SHIELD**. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2oQl4fl>>. Acesso em: 06 set. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Partnerships: projecting stability through cooperation**. Disponível em: <<https://bit.ly/2oQRfI3>>. Acesso em: 05 set. 2018.
- PADILLA Cepeda, Juan Manuel. Acuerdo de cooperación entre Colombia y OTAN: Un paso firme hacia la internalización de las Fuerzas Militares. **Experticia Militar**, Bogotá, p.22-28, fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MboRNp>>. Acesso em: 06 ago. 2018.
- RESENDE-SANTOS, João. **Neorealism, states, and the modern mass army**: Cambridge University Press, 2007.
- ROJAS, Pedro Javier Guevara. Doctrina Damasco: Eje articulador de la segunda gran reforma del Ejército Nacional de Colombia. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 15, n. 19, p.95-119, 2017.
- TICKNER, Arlene B.; MORALES, Mateo. Cooperación dependiente asociada: Relaciones estratégicas asimétricas entre Colombia y Estados Unidos. **Colombia Internacional**, Bogotá, v. 85, n. 1, p.171-205, 2015.
- VENEGAS, Carlos. **Colombia se prepara para participar en misiones de paz de Naciones Unidas**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2FTfsba>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

*Recebido em 30 de outubro de 2018.  
Aprovado em 6 de janeiro de 2019.*

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a evolução das relações entre a Colômbia e a OTAN até a assinatura do IPCP, bem como a razão dessa aproximação, avaliando dessa forma as reais dimensões e os potenciais resultados desse processo. O trabalho afirma que essa aproximação está inserida em um contexto de redefinição da atuação das Forças Armadas colombianas no pós-conflito, que vêm tendo uma maior atuação regional e internacional, através do apoio, respectivamente, dos Estados Unidos e da ONU. Nesse sentido, o governo colombiano tem buscado instrumentalizar a cooperação com a OTAN para apoiar tanto a reforma militar, quanto a atuação internacional de suas Forças Armadas.

**Palavras-chave:** Colômbia; OTAN; Cooperação.

## ABSTRACT

The present article has as its objective to comprehend the evolution of the relations between Colombia and NATO until the signature of the IPCP Agreement and the reason to this earlier rapprochement, assessing in this way the real dimensions and the potential results of this process. The work states that this approximation is inserted within a context of redefinition of the Colombian Armed Forces acting in the post-conflict, that it has been having a greater regional and international actuation, through the support, respectively, of the United States and the UN. In that way, the Colombian government has been searching to utilize the cooperation with NATO to support both the military reform, and the international actuation of the Armed Forces.

**Key-words:** Colombia; NATO; Cooperation.